

Agroecologia – ciência, prática e movimento: uma análise a partir da Escola Educandário Humberto de Campos (EHC)/Goiás

 Camila de Oliveira Ferreira¹,  Joelson Gonçalves de Carvalho²

¹ Universidade Federal de São Carlos - UFSCar. Departamento de Educação (DEd UFSCar). Rod. Washington Luís, s/n. Monjolinho. São Carlos - SP. Brasil. ² Universidade Federal de São Carlos/UFSCar.

Autor para correspondência/Author for correspondence: camilaoliveiraferreira@estudante.ufscar.br

RESUMO. A agroecologia é uma ciência, prática e movimento que busca a sustentabilidade na agricultura, enfatizando a diversidade biológica e cultural e a participação das comunidades locais na tomada de decisões (Gliessman, 2018). Este artigo tem como objetivo analisar a implementação e a recepção da disciplina de agroecologia na escola do campo Educandário Humberto de Campos (EHC), em Alto Paraíso de Goiás, avaliando seus impactos na percepção dos estudantes e na comunidade escolar. A pesquisa foi realizada por meio de entrevistas semiestruturadas com gestores e professores, além de observação participante. Os resultados indicam que a introdução da disciplina promoveu mudanças significativas na visão dos estudantes sobre a produção de alimentos, ampliando o senso crítico em relação ao agronegócio e valorizando práticas ligadas à agricultura familiar e à sustentabilidade. Contudo, o estudo também revelou fragilidades institucionais, como a falta de currículo definido e os desafios de continuidade diante das transformações burocráticas ocorridas em 2024. Conclui-se que a disciplina de agroecologia, mesmo em processo de consolidação, configura-se como instrumento pedagógico de resistência cultural e política, contribuindo para fortalecer a educação do campo e estimular alternativas frente ao avanço do agronegócio no território.

Palavras-chave: agroecologia, educação do campo, movimentos sociais, resistência cultural.

RBEC	Tocantinópolis/Brasil	v. 10	e19850	UFNT	2025	ISSN: 2525-4863
------	-----------------------	-------	--------	------	------	-----------------



Agroecology – science, practice, and movement: analysis of the School Educandário Humberto de Campos (EHC)/Goiás

ABSTRACT. Agroecology is a science, practice, and movement that seeks sustainability in agriculture, emphasizing biological and cultural diversity and the participation of local communities in decision-making (Gliessman, 2018). This article aims to analyze the implementation and reception of the agroecology course in the rural school Educandário Humberto de Campos (EHC), in Alto Paraíso de Goiás, assessing its impacts on students' perceptions and on the school community. The research was conducted through semi-structured interviews with administrators and teachers, as well as participant observation. The results indicate that the introduction of the course has promoted significant changes in students' perspectives on food production, expanding their critical view of agribusiness and valuing practices related to family farming and sustainability. However, the study also revealed institutional weaknesses, such as the lack of a defined curriculum and the challenges of continuity in the face of bureaucratic transformations that took place in 2024. It is concluded that the agroecology course, even in the process of consolidation, is configured as a pedagogical instrument of cultural and political resistance, contributing to strengthening rural education and fostering alternatives to the advance of agribusiness in the territory.

Keywords: agroecology, rural education, social movements, cultural resistance.

Agroecología – ciencia, práctica y movimiento: análisis de la Escuela Educandário Humberto de Campos (EHC)/Goiás

RESUMEN. La agroecología es una ciencia, práctica y movimiento que busca la sostenibilidad en la agricultura, enfatizando la diversidad biológica y cultural y la participación de las comunidades locales en la toma de decisiones (Gliessman, 2018). Este artículo tiene como objetivo analizar la implementación y la recepción de la asignatura de agroecología en la escuela rural Educandário Humberto de Campos (EHC), en Alto Paraíso de Goiás, evaluando sus impactos en la percepción de los estudiantes y en la comunidad escolar. La investigación se realizó mediante entrevistas semiestructuradas con gestores y docentes, además de la observación participante. Los resultados indican que la introducción de la asignatura promovió cambios significativos en la visión de los estudiantes sobre la producción de alimentos, ampliando su conciencia crítica respecto al agronegocio y valorizando prácticas vinculadas a la agricultura familiar y la sostenibilidad. No obstante, el estudio también reveló fragilidades institucionales, como la falta de un currículo definido y los desafíos de continuidad frente a las transformaciones burocráticas ocurridas en 2024. Se concluye que la asignatura de agroecología, aun en proceso de consolidación, se configura como un instrumento pedagógico de resistencia cultural y política, contribuyendo al fortalecimiento de la educación rural y al estímulo de alternativas frente al avance del agronegocio en el territorio.

Palabras clave: agroecología, educación rural, movimiento social, resistencia cultural.

Introdução

A agroecologia, conforme descrita por Gliessman (2018), é ciência, prática e movimento. Essa abordagem busca compreender a historicidade da agroecologia como disciplina científica e como uma prática para a agricultura sustentável. Gliessman (2018) argumenta que a agroecologia deve ser vista como um campo interdisciplinar que se preocupa com a produção sustentável de alimentos e outros produtos agrícolas, a conservação dos recursos naturais e a promoção da justiça social e econômica no campo. Ele enfatiza a importância da diversidade biológica e cultural na agricultura, destacando a necessidade de envolver agricultores e comunidades locais no processo de tomada de decisão.

Pensar na agroecologia dessa forma é fundamental para compreendê-la como uma abordagem integrada e holística voltada à construção de sistemas alimentares mais justos e resilientes. Em síntese, a agroecologia consolidou-se como um campo que integra pesquisa, educação, ação e transformação social, orientado à sustentabilidade em suas dimensões ecológica, econômica e social. Tal perspectiva pressupõe uma abordagem transdisciplinar, capaz de articular saberes científicos e experiências práticas na construção de sistemas alimentares mais justos e resilientes. Além disso, afirma-se como movimento político-pedagógico de resistência ao avanço do agronegócio, fortalecendo os vínculos comunitários e promovendo a valorização dos povos do campo e de seus modos de vida.

Nesse contexto, este trabalho concentrou-se na Escola do Campo Educandário Humberto de Campos (EHC), instituição rural situada na Cidade da Fraternidade (CIFRATER), em Alto Paraíso de Goiás, que entre fevereiro e dezembro de 2023 introduziu a agroecologia como disciplina em sua grade curricular.

A Escola Rural Educandário Humberto de Campos foi fundada em 1966 nas dependências da CIFRATER, com recursos humanos dos fraternistas espíritas presentes no território. O objetivo inicial na fundação da escola do campo foi de oferecer uma filosofia educacional espiritual, no relato da história do movimento de fraternidade segundo Oliveira (1998, p. 247) "*Na CIFRATER, se garantirmos a escolaridade convencional adicionada a cursos profissionalizantes, suscitaremos condições a estas crianças de viverem com dignidade no futuro.*" A escola está localizada dentro do território do Assentamento Silvio Rodrigues, na antiga Fazenda Paraíso, no município de Alto Paraíso de Goiás, e, com a ocupação da área também pelas famílias da organização do MST, houve a necessidade de

ampliar o número de vagas, de modo a oferecer desde a educação infantil até o ensino médio aos filhos das famílias sem-terra (Cardoso, 2015).

Em fevereiro de 2024, novas transformações burocráticas e institucionais tomaram novas dimensões na escola e têm colocado em xeque sua história de resistência, uma vez que a possibilidade de o Estado assumir o papel de administrador e gestor institucional coloca a possibilidade de remodelagem da escola do campo. Um dos fatores que possibilita essa remodelagem é a substituição do Projeto Político Pedagógico (PPP) frente ao atual PPP da escola onde está inserida a educação do campo como princípio e a agroecologia enquanto disciplina.

Delineamento metodológico da pesquisa

O objetivo geral deste artigo é analisar a implementação e a recepção da disciplina de agroecologia na escola do campo Educandário Humberto de Campos, avaliando seu impacto na percepção dos estudantes e sua contribuição como ferramenta de resistência cultural e de promoção da educação do campo. Para cumprir esse objetivo, o estudo busca, em primeiro lugar, examinar a implementação prática da disciplina, destacando as metodologias de ensino utilizadas nas aulas teóricas e práticas. Em seguida, procura identificar os principais desafios enfrentados pela escola, de ordem administrativa, burocrática e pedagógica, especialmente no processo de introdução da agroecologia no currículo. Também pretende avaliar os efeitos da disciplina sobre a comunidade escolar, considerando professores, gestores, estudantes e famílias em termos de engajamento e mudanças de comportamento. Por fim, problematiza as possíveis consequências das mudanças institucionais previstas para 2024, analisando seus impactos na continuidade da experiência, na escola e no ensino da agroecologia.

Metodologicamente, esse trabalho adotou uma abordagem qualitativa, com aplicação de entrevistas semiestruturadas à gestão e coordenação da escola, e entrevistas semiestruturadas às professoras envolvidas na disciplina de agroecologia. Houve também o levantamento de informações em campo durante o período de pesquisa, por meio da atuação voluntária da primeira autora do artigo como professora educadora ambiental na escola Educandário Humberto de Campos. Ao ministrar aulas na disciplina de agroecologia e trabalhar diretamente com professores e estudantes, a pesquisadora adotou o método de observação participante.

Este artigo apresenta uma introdução e contextualização do território onde se localiza a escola do campo EHC, oferecendo uma visão geral tanto do espaço quanto dos sujeitos sociais nele inseridos, com ênfase na relevância das atividades agrícolas para o desenvolvimento regional. Em seguida, analisa a inserção da agroecologia diante dos desdobramentos sociais da escola e do território, detalhando os principais obstáculos enfrentados em sua implementação, bem como as práticas pedagógicas inovadoras adotadas — como aulas ao ar livre e hortas escolares — e a flexibilidade curricular que favorece uma abordagem interdisciplinar. Por fim, discute as oportunidades e limitações da agroecologia na escola do campo, destacando os entraves financeiros e as contradições com a lógica econômica do agronegócio predominante no território.

Território, dinâmica e sujeitos: alto paraíso de goiás, fazenda paraíso e o assentamento Silvio Rodrigues

Alto Paraíso de Goiás tem uma história ligada aos indígenas, primeiros habitantes da região. Mas, com a chegada dos bandeirantes, em busca de minas de ouro e captura de escravos foragidos, inaugurou-se o ciclo da mineração nos arredores da Chapada dos Veadeiros. Esse movimento histórico foi crucial para o surgimento de Cavalcante em 1740, consolidando a região como um centro econômico de importância regional. No século XIX, para além das atividades de mineração de ouro e do comércio de peles de veado, a região ganha renome como a principal produtora de trigo na província de Goiás, pelo menos até o ano de 1890, quando se deparou com a impossibilidade de uso de mão de obra escravizada, em função da abolição (Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade [ICMBio], 2009).

Em 1953, Veadeiros conquistou sua emancipação de Cavalcante e, uma década mais tarde, o município recebeu o nome atual: Alto Paraíso de Goiás. Localizado na Rodovia GO-118, na região nordeste do estado de Goiás, é um dos oito municípios que integram a região da Chapada dos Veadeiros, com uma área de 21.457,60 km². O município tem 10.306 habitantes, dispostos em uma área de 2.594,998 km² (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística [IBGE], 2023), um crescimento de quase 50% em relação ao Censo de 2010. Segundo o Censo Agropecuário de 2017, o município conta com 385 estabelecimentos rurais dos quais 47,53% são de agricultura familiar (IBGE, 2019).

A microrregião da Chapada dos Veadeiros já foi considerada a mais pobre do estado de Goiás com 9.623 pessoas em situação de extrema pobreza e baixo desenvolvimento socioeconômico (Cardoso, 2015). Os municípios de Alto Paraíso de Goiás, Cavalcante, Colina do Sul, Teresina de Goiás, Nova Roma, São João d'Aliança, Monte Alegre de Goiás e Campos Belos, que compõem a microrregião, foram reconhecidos por anos como "cinturão da pobreza" pela estagnação econômica baseada principalmente na agricultura de subsistência e na pecuária extensiva e baixo contingente populacional, apresentando também Índices de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) menores do Estado (ICMBio, 2009).

A região da Chapada dos Veadeiros possui grande relevância ambiental, abrangendo cerca de 2,1 milhões de hectares, com extensas áreas de preservação e conservação, entre as quais se destaca o Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros (PNCV) (Cardoso, 2015). Antes de sua criação, entre as décadas de 1940 e 1950, predominava na região a atividade garimpeira de cristais de quartzo, marcada por práticas predatórias e pela ausência de políticas de preservação ambiental (ICMBio, 2009). Com a implantação do parque, a área adquiriu importância estratégica para o desenvolvimento do município, especialmente em razão do potencial turístico, o que demanda investimentos em infraestrutura, qualificação da população local e formação de mão de obra especializada no setor (ICMBio, 2009).

No que se refere à Fazenda Paraíso, Cardoso (2015) registra que, em 1950, a área foi incorporada como patrimônio da União para funcionar como campo experimental de sementes de trigo adaptadas, vinculado posteriormente à Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA). Por volta da década de 1970, o campo foi desativado e a fazenda cedida à Organização Social Cristã-Espírita André Luiz (OSCAL), ligada à Federação Espírita Brasileira (FEB). Em 1963, a OSCAL fundou CIFRATER, de caráter filantrópico e religioso, destinada a acolher crianças órfãs e desabrigadas oriundas de diferentes regiões do país, com autorização dos órgãos nacionais competentes.

A OSCAL escolheu o território com o objetivo de materializar uma obra social-comunitária, com a fundação, em 1963, da CIFRATER, de caráter filantrópico e religioso e com o intuito de construir uma comunidade de acolhimento de crianças órfãs vindas de diferentes regiões do Brasil com autorização dos conselhos nacionais competentes às adoções, e abrigar essas crianças na constituição de um lar.

Apresentada a trajetória da Fazenda Paraíso, cabe dizer que é dentro dela que está localizado o Projeto de Assentamento Silvio Rodrigues (PASR). Em 2003, segundo Cardoso (2015), a Fazenda Paraíso foi cedida ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

(INCRA) para fins de assentamento de famílias acampadas, organizadas pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Houve conflitos com os representantes da CIFRATER porque o termo de cessão de uso que permitia a permanência dos moradores na área havia vencido, sem renovação. Todavia, a partir das medidas conciliatórias no âmbito judicial, a decisão definiu que as famílias seriam assentadas na área e a CIFRATER poderia permanecer ali na área do assentamento.

O PASR está situado na Rodovia GO-118, Km 148, na Fazenda Paraíso, a aproximadamente 30 km dos municípios de Alto Paraíso de Goiás e São João d'Aliança. Implantado pelo INCRA em 15 de fevereiro de 2005, ocupa uma área total de 4.840 hectares, distribuída em 120 lotes destinados às famílias assentadas. Cada lote possui área média de 23 hectares, com variação entre 18,83 e 33,25 hectares (Costa et al., 2022).

No acordo judicial conciliatório entre o INCRA e a OSCAL, a CIFRATER ficaria com 75 hectares onde se localiza a escola do campo EHC, a Igreja Espírita, o Posto de Saúde e o entorno. Todavia, o INCRA não concedeu o direito de propriedade dessa área à comunidade fraternidade. Há uma reivindicação da OSCAL para 24 hectares da escola e do entorno, mas, até o momento desta pesquisa, a área não foi destinada em função da escola ser de interesse público, segundo relatos colhidos na pesquisa de campo.

Em 2010, os assentados do Projeto de Assentamento Silvio Rodrigues tiveram acesso, por meio de políticas públicas, ao Programa Produção Agroecológica Integrada e Sustentável (PAIS). A iniciativa foi realizada em parceria com a Fundação Banco do Brasil e o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), com apoio da Prefeitura de Alto Paraíso de Goiás e da Associação dos Pequenos Produtores do Assentamento Silvio Rodrigues (APSR). A partir da instalação dos chamados kits PAIS, os agricultores passaram a ter condições de comercializar sua produção na Feira do Produtor Rural em Alto Paraíso de Goiás (Laranjeira et al., 2012, apud Barbosa, 2018). O kit PAIS é composto por equipamentos fornecidos pelo programa para viabilizar a implementação do sistema agroecológico nas propriedades familiares. Inclui um sistema de bombeamento e armazenamento de água (caixa de 5.000 litros), irrigação por gotejamento para as hortas circulares, galinheiro central e assistência técnica por três anos (Cardoso, 2015).

As principais atividades que geram rendas às famílias assentadas são a horticultura e a bovinocultura leiteira e, para subsistência, o plantio de mandioca, milho, feijão, arroz e trigo, além da coleta de frutos do cerrado para fabricação de geleias. Por meio da APSR, as famílias puderam participar do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e do Programa Nacional

de Alimentação Escolar (PNAE), realizando entregas de diversos produtos como hortaliças, frutas, pães e doces nas escolas públicas de Alto Paraíso de Goiás, em parceria com a Cooperativa Frutos do Paraíso (COOPERFRUTOS). Outras instituições que também foram atuantes na comunidade auxiliaram no processo produtivo com serviços de assistência técnica e extensão rural como a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Goiás (EMATER-GO) e o Instituto Alvorada de Agroecologia de Sobradinho (IASO) (Cardoso, 2015).

Em novembro de 2015, um grupo de agricultores do assentamento inaugurou a Feira Popular da Agricultura Familiar com uma grande variedade de alimentos provenientes da produção agroecológica com incentivo do Programa PAIS. Entretanto, pouquíssimos agricultores permaneceram participando da feira por vários motivos, alguns relataram a falta de produtos, outros a escassez de água, além de problemas com pragas, falta de fertilidade do solo e das dificuldades de manter a produção continuada (Barbosa, 2018).

Apenas 26% das unidades familiares produtivas possuem máquinas e equipamentos voltados à manutenção da propriedade ou à produção agropecuária. Entre as demais, 74% contam apenas com alguns implementos básicos e, dentro desse grupo, somente 57% dispõem de triturador, motosserra ou roçadeira para apoiar suas atividades agrícolas. Além disso, cerca de 13% não possuem qualquer infraestrutura ou recurso de apoio à produção, e 14% não demonstram interesse em desenvolver atividades produtivas no campo (Costa et al., 2022).

Segundo Costa et al. (2022), as condições de habitação das famílias assentadas podem ser consideradas adequadas, uma vez que as residências foram construídas com recursos do governo federal por meio do Programa Nacional de Reforma Agrária. Em relação ao acesso à água, apenas 9% das unidades de produção contam com abastecimento direto. Cerca de 44% das moradias utilizam córregos ou nascentes do próprio assentamento, 31% recorrem a poços artesianos ou cisternas e 16% dependem de lagos e açudes. Quanto ao esgotamento sanitário, 49% das famílias utilizam fossas sépticas. Esses dados evidenciam avanços em termos de moradia, mas também revelam desigualdades no acesso a serviços básicos, que afetam diretamente as condições de saúde e o bem-estar das famílias assentadas.

O território não tem acesso a transporte público, a maioria das famílias assentadas (65%) possui automóvel. Em torno de 37% possuem somente motocicleta, e um contingente de 12% das famílias não possui meios próprios de transporte. O acesso ao transporte no assentamento se dá por meio de lotação privada ou carona, segundo relatos, uma vez que o

transporte público se restringe ao deslocamento escolar dentro do assentamento. Outros meios utilizados são bicicletas, com 12%, e animais de carga, com 6% (Costa et al., 2022).

Em relação aos aspectos ambientais do assentamento, as áreas de cultivo de eucalipto e os pastos destinados à pecuária extensiva evidenciam processos de degradação ambiental. Além disso, parte das fontes hídricas apresenta redução no nível de água, comprometendo o abastecimento das famílias. Somam-se a esses fatores os impactos da prática intensiva de monoculturas de soja, milho e sorgo, que têm contribuído para o secamento de nascentes e a diminuição do fluxo de cursos d'água (Cardoso, 2015).

Agroecologia na escola: uma escola resistente em um território em transformação

As instalações da escola são constituídas por um prédio principal, um prédio anexo e um centro social. A estrutura aloja salas de aula, administrativas e multiuso, além de cozinha, copa, banheiros masculinos e femininos, banheiros para funcionários, pátio, refeitório externo, quadra coberta nas dependências do prédio, quadra aberta, e um parque infantil (Cardoso, 2015).

Em entrevistas realizadas em outubro de 2023 com o coordenador pedagógico e a diretora, identificou-se que o Educandário é uma escola particular do campo, de caráter filantrópico, administrada pela OSCAL e mantida com recursos provenientes de diferentes fontes. Além das doações regulares dos fraternistas, a escola é conveniada ao Estado e ao município e desenvolve projetos e ações próprias em parceria com instituições privadas. Também recebe apoio por meio de contratos e convênios públicos, editais empresariais socioambientais e programas governamentais como o PAA e o PNAE. Outras iniciativas de financiamento incluem a feira de artesanato, a campanha “Adote a Educação de uma Criança” e atividades de ecoturismo e turismo de base comunitária no entorno da escola.

Situado no campo, o Educandário atende estudantes oriundos de famílias de agricultores. De acordo com entrevista realizada em outubro de 2023, com a diretora da escola, são 183 estudantes matriculados, abrangendo todas as etapas da educação, desde a educação infantil até o ensino médio e a Educação de Jovens e Adultos (EJA). Ainda segundo a diretora, os estudantes matriculados “... são do Assentamento Silvio Rodrigues, do Assentamento Esusa, do Acampamento Dorcelina Folador e das fazendas adjacentes da região, vem gente lá da Balsa, então vem de todas essas regiões.”

O território ao redor da escola do campo é marcado em sua paisagem pelas monoculturas de soja, milho e sorgo. Essa transformação evidencia as contradições das práticas agrícolas locais, em que famílias assentadas que defendem a agricultura familiar convivem lado a lado com outras que aderem às lógicas do agronegócio. Na história de resistência do assentamento, parte dos filhos de assentados carrega a herança de uma trajetória vinculada à luta social e à valorização da agricultura camponesa, enquanto outra parte reproduz a herança de uma transição para o agronegócio, como evidenciado nas falas da professora de agroecologia. Esse cenário revela um território em disputa, no qual diferentes projetos de desenvolvimento rural se confrontam, como evidencia o relato da professora de agroecologia:

... a gente tem duas realidades aqui, aquele produtor que acorda cedo todo dia planta, sofre, soa, trabalhar para conseguir o produto que ele vai vender na feira; e aquele que está andando de picape strada, com chapéu; então eles enxergam duas realidades, e pra eles existe uma realidade que parece mais fácil que é de sair da vida que eles têm porque acho que não tem esse olhar amoroso com o território para uma vida onde eles acham assim “Ah, eu vou ganhar mais e isso aqui vai me trazer mais conforto”, existe muito isso, é uma realidade, não sei se muitos falaram assim abertamente mas eu sinto muito isso por parte do que a gente vivencia aqui. (Relato professora 2).

Durante o período de pesquisa na escola do campo EHC, localizada no assentamento Silvio Rodrigues, a autora atuou como educadora ambiental na disciplina de agroecologia, em colaboração com professores e estudantes. Nessas circunstâncias, os registros de campo incluíram relatos de alunos durante as aulas práticas, os quais subsidiam a análise sobre a transição ao agronegócio no território, bem como as dinâmicas de relação e as disputas estabelecidas entre a comunidade escolar, a comunidade local e o agronegócio.

Durante a aula de campo realizada em 20 de abril de 2023, com a turma da primeira série do ensino médio, alguns alunos relataram que suas famílias arrendaram os lotes, destinando a produção ao agronegócio por meio de acordos com intermediários. Nesses contratos, o intermediário negocia diretamente com o assentado a utilização do lote por períodos de três anos ou mais, definindo como forma de pagamento o repasse de uma porcentagem sobre o número de sacas colhidas. O assentado, entretanto, somente recebe após a venda da produção aos armazéns e cooperativas vinculadas ao agronegócio. Nesse tipo de arranjo, muitos assentados permanecem cerca de dois anos sem renda proveniente da terra, pois a primeira safra de soja é colhida apenas após esse período. Outra situação frequente no assentamento é a venda de lotes por assentados a intermediários do agronegócio. Um dos

estudantes relatou, em conversa, que seu pai, assentado e proprietário de um lote, consegue obter em uma safra, após um ou dois anos, aproximadamente dez mil reais com a venda das sacas.

Durante a aula de campo de 4 de maio de 2023, na disciplina de agroecologia, com a turma da oitava série do ensino fundamental II, o estudante apresentou seu projeto de turma que tratava da temática "Monocultura" com a finalidade de mostrar a viabilidade econômica na plantação de soja como safra e milho ou sorgo como safrinhas, referindo-se aos cultivos praticados no lote de sua família. Os estudantes são atraídos pelas práticas com maior rentabilidade por considerarem a geração de renda a curto ou médio prazo, o que contribui para encobrir as estratégias dos representantes do agronegócio.

O estudante relatou que o retorno financeiro da safra ocorre apenas após dois anos e que, do ponto de vista econômico, é mais vantajoso negociar o contrato em dinheiro por hectare do que em sacas, devido à variação do peso destas. No mesmo momento, outro aluno questionou se seria mais lucrativo comprar ou arrendar a terra. As discussões coletivas em sala apontaram que essa decisão depende do preço da terra, bem como de seu estado — se já está desmatada ou preparada para o plantio. Contudo, considerou-se que, caso a família resida no local, a compra seria mais econômica a longo prazo.

O estudante ainda exemplificou o caso de um vizinho do assentamento que adquiriu seis lotes de outros assentados, todos já desmatados para o cultivo em monocultura. Relatou ainda que sua própria família percebe melhorias na qualidade de vida e aumento da renda com a produção de soja, evidenciados pela aquisição de um caminhão e de um trator. Contudo, em alguns anos, não conseguem arcar com os custos do plantio e acabam contraindo dívidas com empresas fornecedoras de insumos do agronegócio. Para saldar essas dívidas, a família vende parte da produção aos armazéns ligados ao setor, uma vez que a inadimplência implicaria a perda do acesso a créditos, estimados em cerca de um milhão de reais, disponibilizados para a compra de insumos agrícolas.

Os relatos reforçam a forma como as famílias do assentamento Silvio Rodrigues estão inseridas e, em muitos casos, subordinadas às dinâmicas impostas pelo agronegócio. O estudante mencionou que sua família cultiva 22 hectares em monocultura e mantém 3 hectares de reserva legal, embora tenha afirmado que essa área poderia ser desmatada em razão da existência de um morro registrado como reserva. Relatou também que, no ano anterior, sua família pagou cerca de trinta mil reais em royalties, em virtude de sementes adquiridas que apresentaram contaminação transgênica, detectada em testes compulsórios exigidos na

comercialização de lotes de monocultura. Além disso, explicou que o contrato de arrendamento praticado por seu pai com outros assentados era calculado em sacas por hectare e previa um período de carência de dois a três anos, justificado pelos custos de recuperação do solo antes da colheita. A partir do quarto ano, se a terra fosse pouco produtiva, o pagamento era de quatro sacas por hectare, enquanto em terras mais férteis variava de dez a doze sacas por hectare.

Segundo entrevista realizada em maio de 2023 com uma integrante do Movimento Fraternidade (MOFRA) e um morador vizinho da escola, entre 2019 e 2022 os assentados da reforma agrária puderam escolher se desejavam permanecer vinculados ao INCRA como beneficiários assistidos ou se preferiam solicitar o título de posse das terras. De acordo com os relatos, muitos optaram por requerer esse título, e diversos dos primeiros assentados já deixaram o assentamento. Tal processo indica o risco de que o território venha a ser novamente concentrado em grandes propriedades, reproduzindo a lógica do latifúndio.

Nessas condições, conforme exposto no parágrafo anterior, o fato é que o Estado não garante as condições adequadas de sobrevivência e subsistência destas famílias assentadas pela reforma agrária para continuarem em suas terras, causando assim desmotivação por falta de condições financeiras adequadas à qualidade de vida e bem-estar social destas famílias. Sob estas condições insalubres de se manter no campo, muitos se desesperam e chegam a situações de extrema vulnerabilidade no campo, tornando nítida a disputa de interesses entre o agronegócio e os agricultores familiares no território do assentamento Silvio Rodrigues, que causam grandes transtornos às famílias que ainda resistem em uma lógica de agricultura familiar.

Estes relatos evidenciam que, mesmo sendo um assentamento da reforma agrária, o território foi hegemônico pelas práticas rentistas do agronegócio que visa à produção de commodities. Tendo isso em vista, tanto via arrendamento, ação de intermediários, ou via acordos negociados entre assentados dentro desta relação rentista assimétrica, cabe perguntar como é que se pensa Agroecologia para uma criança que vai chegar em casa e enfrentar essas lógicas de relações sociais de produção dentro do território.

No Educandário, a disciplina de Agroecologia é uma disciplina eletiva na matriz curricular da escola, reservada ao eixo temático de Ciências da Natureza e suas Tecnologias. A disciplina foi ofertada aos estudantes pela instituição educacional mantenedora junto à superintendência da educação do campo a partir do ano de 2022, reconhecendo o fato de ser uma escola do campo com o perfil dos estudantes ligado a questões e problematizações do campo, e explicitando o olhar sobre o perfil dos estudantes e da comunidade. As falas da diretora e do coordenador pedagógico da escola sobre o processo de inclusão da disciplina

ênfaticam: *"...e aí quando veio a obrigatoriedade do Estado de inserir uma disciplina voltada para a área rural para o campo, nas escolas do campo, aí então a escolha já tinha sido feita antes, só oficializou a partir daí."* (Relato diretora).

Também fica evidente, nas entrevistas, a disputa de narrativas da escola do campo, ao oferecer disciplinas aos estudantes filhos de agricultores familiares que condizem com suas necessidades reais, em contraposição às práticas do agronegócio no território. Nas falas do coordenador pedagógico, a escola revela uma postura antissistêmica, valorizando características do território e os interesses vinculados às problemáticas da unidade familiar no campo.

É especialmente interessante observar que a escola mantém uma lógica agroecológica, mesmo em um território em transformação pelo agronegócio. Além disso, o cooperativismo e a economia solidária também compõem o conjunto de elementos que a gestão escolar considera importantes. Na fala do coordenador pedagógico, colhida em outubro de 2023: *"... aí dentro dessa eletiva nós tínhamos a opção de escolher outras matérias, a gente escolheu outras também que era cooperativismo e economia solidária e, também, agroecologia."*

A economia solidária, que tem como princípio a autogestão, a solidariedade, o trabalho autogestionado e o próprio cooperativismo, é uma forma coletiva de trabalho, e estava entre as possíveis disciplinas que a equipe da escola gostaria de incluir na grade curricular dos estudantes. Tal proposta contraria de maneira significativa a lógica do agronegócio, expressão do capitalismo no campo, que desvaloriza o trabalho associado e coletivo, distinguindo-se assim da economia solidária (Carvalho, 2015).

A agroecologia se configura não apenas como um componente curricular, mas como um amplo espectro de valores e diálogos com os estudantes, buscando estimular seu senso crítico diante dos paradigmas do território e provocar rupturas nas estruturas sociais hegemônicas. Nas falas da diretora, evidencia-se que a sustentabilidade é um valor intrínseco às relações da comunidade escolar, e que há esforços para estimular o pensamento crítico dos estudantes por meio de práticas como as aulas de campo. Ao mesmo tempo, observa-se que a escola do campo enfrenta questões institucionais que limitam o desenvolvimento da agroecologia e colocam em dúvida sua relevância como movimento contra-hegemônico e como estratégia de transformação social no território.

As entrevistas com as duas professoras de agroecologia indicaram que a disciplina de agroecologia é optativa e tem apenas uma aula de cinquenta minutos por semana; outro fato observado é que muitas vezes os professores da disciplina de agroecologia eram substituídos

por outros de outras disciplinas por falta de professores na escola, desorganizando e dificultando a sequência das atividades em aula, e desmotivando os estudantes na disciplina. Também é relevante o fato de que a disciplina de agroecologia não ter currículo, ou seja, não existe uma ementa da matéria na Secretaria da Educação do Estado de Goiás (SEDUC-GO), especificamente na Superintendência da Educação do Campo.

Os relatos apresentados acima permitem inferir que a implementação da disciplina de agroecologia na escola encontra-se em fase inicial, sem um currículo definido, o que possibilita uma abordagem flexível e interdisciplinar. No início, privilegiou-se a dimensão teórica, abordando o conceito de agroecologia e suas conexões com diferentes disciplinas e questões sociais locais. Com o tempo, passou-se a buscar um equilíbrio entre teoria e prática, incorporando atividades como cultivo na horta escolar, visitas técnicas e projetos de compostagem e minhocário. Essa abordagem dinâmica visa oferecer uma experiência educativa integrada e articulada à realidade da comunidade.

Oportunidades e desafios: a busca pela aproximação entre a escola do campo e a agroecologia

O Educandário enfrenta diversas limitações institucionais e desafios sociais em seu cotidiano escolar. As observações concentraram-se especialmente na forma como os estudantes recebem a disciplina de agroecologia, considerando que muitos deles pertencem a famílias vinculadas à monocultura de soja, milho e sorgo. A instituição busca sensibilizar os educandos e estimular seu senso crítico, com a intencionalidade de ampliar a visão de mundo por meio da agroecologia e de promover a transformação social do território, como evidenciado nas falas das professoras responsáveis pela disciplina de agroecologia:

Então, é algo muito recente né, a gente vem trabalhando isso inicialmente ela foi recebida pelos estudantes como algo negativo né porque é isso não era a visão que eles queriam ver, o que eles estavam querendo ver era cursinho pré-vestibular, era coisas para que eles pudessem se qualificar para sair porque foi isso que foi implementado na mente deles desde criança "Pra você ter futuro você tem que sair, você tem que ir para cidade grande, você tem que fazer faculdade, aqui é um lugar atrasado". A visão dos estudantes aqui também era essa né, que é geral até quase todas as idades. Mas a gente vê hoje eles falando de fazer curso de agroecologia, de fazer cursos na área agropecuária, de fazer algo que traga retorno para o território (Relato professora 1).

O objetivo principal não é uma questão de produzir alimentos, o objetivo principal é que eles saiam com o entendimento sobre o Bem Viver com as pessoas, as pessoas que produzem, as pessoas que plantam, com a segurança alimentar, então analisando todo o decorrer dos anos, de tudo que aconteceu tanto do sistema de produção "O que a gente precisa melhorar?",

"Será que a gente precisa melhorar?", então mesmo que sejam alunos que não vão sair daqui, não vão trabalhar na área de agroecologia, não é essa a intenção, não estamos formando profissionais para trabalhar, mas que eles saiam com o entendimento de que precisa modificar algumas coisas e um olhar de respeito com a natureza, com o ambiente que a gente troca porque um está doando para o outro seja a parte vegetal, seja a parte animal, então que eles tenham esse olhar. Depois o segundo objetivo é se eles quiserem e sentirem afinados com essa área que a gente busque produzir coisas melhores, mais saudáveis e que gera segurança também para as famílias para se manterem nas terras porque a gente está perdendo isso aqui né... Gostaria muito que eles saíssem daqui com essa consciência de fazer algo que seja positivo mesmo profissionalmente ou dentro da casa deles, para o território deles, para a família deles, muitos estão aqui a muitos anos, que eles levem esse conhecimento, disseminem por aí o que eles aprenderem aqui, então isso é um dos objetivos... Então eu estou tentando sensibilizá-los ainda desde que começou a disciplina, a caminhada pelo território, essa trilha que a gente faz ela é interessante para sensibilizar porque nessa trilha a gente consegue observar essas duas realidades, aonde a gente tem desmatamento, aonde a gente tem um conforto da sombra tanto para as pessoas quanto para os animais... Então é planejar aulas que consiga sensibilizar esses alunos (Relato professora 2).

São evidentes as dificuldades enfrentadas pela escola do campo em razão da escassez de recursos financeiros e humanos necessários à sua permanência. A instituição mantenedora, a OSCAL, apesar de sua disposição em suprir o papel do Estado na garantia da educação básica como função social, enfrenta sérias limitações. Embora desenvolva estratégias próprias de financiamento, continua dependente do apoio estatal para se manter. Em entrevista com a diretora da escola, evidenciaram-se as fragilidades decorrentes da ausência de apoio do Estado:

Hoje a gente funciona com os convênios, então a escola é mantida com convênios públicos. Sem os convênios a instituição não tem condições de manter o Educandário funcionando por conta própria né. Então a base da manutenção da escola são os convênios públicos que cede especialmente funcionários, e aí a própria instituição também tem dentro da instituição formas de fazer doação, porque a gente tem um projeto dentro da instituição dentro da OSCAL que se chama Educar. Então o Educar capta recursos de doações voluntárias para subsidiar pagamentos desses outros funcionários, o suporte de alimentação, toda parte de infraestrutura. E aí a gente tem outras Campanhas rodando também, tem uma campanha hoje que chama Adote a Educação de uma Criança, a ideia dessa campanha a médio e longo prazo é garantir a sustentabilidade financeira, autonomia financeira para que a gente não dependa só dos convênios. Mas hoje nós, somos bem dependentes dos convênios, dos dois convênios. Tanto que o convênio do Estado que vai se encerrar agora no final do ano, a gente não teria a fase 2 o ano que vem, aí a gente está em conversas com o Estado e muito provavelmente o Estado vai assumir meio que de forma estadualizada a fase 2, então não vai ser mais convênio, a gente vai ceder o prédio [OSCAL] para que o Estado coloque professores e atenda os estudantes aqui o ano que vem, porque o Estado não vai mais fazer convênios com instituições privadas ano que vem, porque tem uma questão vinculada ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), o Fundeb não pode ceder dinheiro ou qualquer tipo de recurso para instituições privadas, então tem uma questão de estar burlando a lei ou uma coisa assim via Estado né (Relato diretora).

A disputa em torno do território escolar, da educação do campo e da forma de produção alimentar constitui uma ameaça real enfrentada pela comunidade escolar, pelas famílias dos estudantes e por seus territórios. O Estado não destina recursos do FUNDEB ao Educandário por se tratar de uma instituição particular filantrópica, o que coloca em risco o direito à educação desses estudantes. A única alternativa legal para assegurar esse direito seria transferir parte da modalidade de ensino ao Estado. Tal medida implicaria renunciar a grande parte da autonomia que possibilitou ao Educandário desenvolver seu trabalho atual, pois, de acordo com a diretora da escola, pressupõe-se que:

Muito provavelmente a gente deve ser uma extensão da Escola Dr. Gerson de Faria Pereira, a fase 2 vai ser uma extensão da escola Dr. Gerson, a coordenação pedagógica vai ser enviada por lá, os profissionais também vão ser enviados por lá, a gente não sabe que da equipe vinculado ao Estado quem vai ficar, quem vai permanecer, e nem como a estrutura pedagógica vai acontecer porque vai mudar tudo. Aí o que que vai ser Educandário mesmo. O Educandário mesmo vai ser até o 5º ano, e a gente continua com o convênio com o Município até o 5º ano. E a EJA vai ser uma extensão do Dr. Gerson também (Relato diretora).

Essas mudanças devem afetar a disciplina de agroecologia e sua proposta de contextualizar a realidade enfrentada pela comunidade local, conforme destacou o coordenador pedagógico da escola:

A agroecologia abrange vários aspectos, ela é uma disciplina, uma matéria que fala de Agro que é a produção de alimentos, fala de Eco que é a vida na nossa casa, e Logia que é o estudo, é o estudo da nossa casa que produz alimento nessa casa, então quando a agroecologia abrange tanto o aspecto social, dos direitos humanos, dos povos do campo, ela abrange o aspecto técnico de produção de alimentos de maneira mais sustentável e ela tem toda uma construção e uma luta que vem dos povos do campo. Então como são alunos filhos de pais que vieram da reforma agrária, da agricultura familiar, ela abrange podendo perpassar por várias áreas, porque tem muitas matérias que se conectam com agroecologia. Então dentro desse tema a gente poderia estar abordando várias questões sociais, técnicas, agronômicas com os alunos, pedagógicas, com a amplitude que existe dentro da agroecologia, ela é muito ampla, pela amplitude das características e também porque somos uma escola dentro do campo na APA, a gente acredita que está na agroecologia, ela pode ser mais sustentável para esse território (Relato coordenador pedagógico).

Refletir sobre a importância da escola a partir da disciplina de agroecologia, em um território marcado por conflitos — de um lado, o Estado, representado pelo INCRA e pela SEDUC; de outro, a comunidade escolar, articulada pela OSCAL e pela comunidade do assentamento Silvio Rodrigues; além do agronegócio, que disputa o uso e a ocupação do território — deriva de um amplo processo de consciência da equipe da escola. Esse processo expressa tanto as transformações vividas no território quanto o compromisso com os

fundamentos e princípios da agroecologia, compreendida simultaneamente como movimento, prática e campo do saber. Nesta perspectiva, como afirma Roseli Caldart:

Em sua base, a agroecologia reúne práticas e “modos de ser agri-culturais” (Tardin; Guhur, 2017, p. 45), conhecimentos científicos diversos, relações sociais, lutas políticas e práticas educativas. Tem raiz indígena e camponesa. Junta ciência e memórias ancestrais de cultivo da terra e de relação do ser humano com a natureza, para pensar outro paradigma de avanço das forças produtivas da agricultura. Ela é feita por agricultores e cientistas e tem interessado a todos que prezam o acesso a alimentos vivos e se ocupam de cultivar o futuro (Caldart, 2021, p. 357)

Introduzir a agroecologia na escola do campo, em um território marcado pelas contradições nas formas de uso e ocupação da terra e pelo enfraquecimento das relações sociais diante do avanço do modelo exploratório e centralizador do agronegócio, evidencia o esforço de professores e gestores em superar questões básicas de sobrevivência das famílias dos estudantes. A escola busca, assim, fortalecer o movimento da agroecologia como caminho para a melhoria da qualidade de vida e do bem-estar social, compreendendo-a como possibilidade antissistêmica e contra-hegemônica nas relações sociais do campo.

Nesse contexto, destaca-se o papel desempenhado pela escola, uma vez que o MST adotou a agroecologia como bandeira em seu 6º Congresso, realizado em 2014, tornando-a uma prática necessária nos assentamentos. Contudo, observa-se que o assentamento em questão não se encontra mais diretamente centralizado na ação do movimento social, o que reduz o impacto da agroecologia impulsionada por uma organização coletiva. Tal cenário torna a escola um espaço fundamental para a educação e a promoção da agroecologia no território. Ademais, conforme observado nas entrevistas e no trabalho de campo durante o período da pesquisa, grande parte das dificuldades das famílias — e, conseqüentemente, de seus filhos nas escolas — relaciona-se à dificuldade de geração de renda ou mesmo de acesso ao trabalho.

Conforme discutido anteriormente, o território marcado pelo crescimento da soja na composição da renda das famílias assentadas convive, simultaneamente, com formas de resistência, à medida que a escola apresenta a agroecologia como alternativa viável de geração de renda e cooperação. Neste contexto, Santos (2006) destaca a importância da relação entre políticas públicas e território. Para o autor, o ordenamento territorial implica uma perspectiva que exige compreender a política como um campo de conflitos de ideias e argumentos. Esse entendimento é essencial para analisar como a construção dos territórios reflete as realidades sociais. A relação entre território e poder é, portanto, fundamental, pois

as relações de poder funcionam como instrumento analítico crucial para a compreensão dos territórios utilizados, que carregam uma história passível de ser apreendida (Santos, 2006).

Segundo a gestão da escola, se as políticas públicas considerassem as características do território, seria possível promover a inclusão produtiva das famílias, assegurando tanto a alimentação escolar quanto a soberania alimentar local. Isso poderia reduzir o assédio do agronegócio, que se manifesta por meio de arrendamentos de terras ou da venda de lotes, favorecendo o avanço da monocultura intensiva e extensiva da soja. Tais percepções aparecem de forma explícita nas falas da diretora da escola:

Então dentro da escola a gente já faz essa estrutura entendendo agroecologia não só como forma de plantar, mas como essa política de ver o mundo que está ali dentro da agroecologia, das relações pessoais, as relações de gênero, as relações com o meio ambiente, como espaço onde a gente ocupa, e aí nós entendemos que faz parte do perfil dos nossos professores, da nossa equipe, da nossa comunidade que vinha sendo construída a partir de outros projetos conhecimentos mais voltados para agroecologia... Então a opção por agroecologia tem a ver com nossos valores e claro que a gente considerou sim esse perfil de um modo geral da comunidade onde nós estamos, se a gente atendesse prioritariamente pessoas ligadas ao agronegócio muito provavelmente a gente não teria [agroecologia], o perfil da escola aí sendo mudado, então essa é a característica, apesar de estarmos em um lugar que o agronegócio pulsa muito, nós temos uma construção a partir dos pequenos agricultores que tem um olhar muito fundamentado em processos voltados para agroecologia (Relato diretora).

A partir das falas da diretora, evidenciou-se que, em meio ao avanço do agronegócio no território em que se insere a Escola do Campo EHC, a instituição resiste não apenas como unidade física em risco de fechamento, mas também como espaço ideológico que resgata valores agroecológicos que transcendem o simples plantar sem veneno. Esse espaço recupera, de modo direto ou indireto, práticas e valores do cooperativismo, da economia solidária e da agricultura regenerativa. Assim, mesmo diante do assédio do agronegócio e de suas tentativas de neutralizar a resistência dos agricultores, a agroecologia se reafirma como a principal estratégia de resistência e transformação social.

Considerações finais

A vivência das atividades realizadas no EHC, com a finalidade de investigar e analisar a implementação da agroecologia como disciplina dentro e fora da sala de aula, respondeu a diversas questões propostas nesta pesquisa. Entre elas: de que forma a escola trabalha a agroecologia, quais ações foram implantadas a partir de suas concepções, como essa abordagem foi integrada ao currículo escolar, de que maneira os estudantes a incorporam em

suas vidas e nas de suas famílias e quais perspectivas projetam para o campo por meio da agroecologia.

Pensar a agroecologia no Educandário é compreender uma disciplina em construção, autogestionada pela própria instituição educacional. Isso porque a disciplina precisou ser elaborada como ementa de conteúdos e organizada em planos semanais de aula pela gestão escolar e pelos professores, em diálogo com os estudantes e suas famílias. Nessa lógica, a disciplina dialoga diretamente com as problemáticas enfrentadas no cotidiano dos estudantes e de suas famílias, contrapondo-se aos interesses impostos pela presença hegemônica do agronegócio no território.

Na autogestão da disciplina, a escola do campo busca construir a agroecologia no cotidiano dos estudantes. Contudo, o nível de conhecimento e experiência dos professores em relação à agroecologia, compreendida como movimento social de luta de classes em um território de assentamento da reforma agrária, revela limitações na apreensão da amplitude das problemáticas presentes. Possivelmente, em razão de a gestão escolar estar vinculada a uma instituição educacional de orientação cristã espírita, as contradições do território não são plenamente visualizadas nem materializadas no espaço escolar. Ainda assim, a disciplina representa um esforço inovador de articulação entre saberes locais e práticas pedagógicas, contribuindo para manter viva a reflexão crítica sobre o papel da agroecologia.

Nos relatos das aulas de campo com estudantes do ensino fundamental II e do ensino médio, observou-se que parte deles demonstrava motivação em relação à busca por transformação social no território. Entretanto, muitas respostas também revelavam certo desânimo e pouco envolvimento com as questões ligadas à terra e ao território. Por outro lado, as falas dos jovens evidenciaram desafios concretos de sua realidade cotidiana: ausência de espaços de socialização, lazer e cultura; carência de oportunidades de formação humana, técnica e profissional; escassez de empregos; precariedade nas condições de vida e de bem-estar social; superexploração do trabalho; avanço do desmatamento; e aumento da produção de resíduos decorrente da expansão do turismo.

A partir de 2024, o EHC torna-se uma escola estadual, com o Estado assumindo definitivamente as funções administrativas e de gestão. O atual contexto da instituição é marcado por incertezas, apesar dos ganhos relatados. Segundo a professora 1, a escola enfrenta mudanças institucionais e estruturais, e as orientações pedagógicas aos docentes têm partido da direção do Colégio Estadual Dr. Gerson de Faria Pereira, uma escola urbana. Nesse cenário, o coordenador pedagógico busca incluir práticas de agroecologia nas disciplinas

regulares. De acordo com suas falas, o PPP provavelmente precisará ser reformulado, embora ainda não esteja definido se será mantida a versão construída pela comunidade e pela gestão da OSCAL ou se será adotado o PPP da escola urbana.

Em síntese, o futuro do PPP do EHC é incerto, com possibilidades de reformulação ainda indefinidas. A instituição enfrenta incertezas quanto à sua própria continuidade, operando por meio de diversas estratégias para se manter relevante. A grande questão é se, diante dessas circunstâncias, conseguirá preservar sua identidade como escola do campo, mantendo suas especificidades e valores. As preocupações da comunidade escolar evidenciam a necessidade de um currículo alinhado às realidades e demandas dos povos do campo. Todavia, a elaboração original do PPP, que contou com a participação ativa da comunidade, da gestão e de institutos como o Instituto de Pesquisa, Ensino e Extensão em Arte Educação e Sustentabilidade (IPEARTE), vinculado à SEDUC-GO, destaca a importância de um diálogo contínuo e inclusivo.

A esperança é que a Educação do Campo permaneça como prioridade, assegurando que o currículo contemple a agroecologia e outras dimensões centrais para a vida dos estudantes, filhos de agricultores familiares. Tal compromisso é fundamental para enfrentar desafios como o êxodo rural e o avanço da fronteira agrícola, garantindo que a escola do campo siga desempenhando um papel relevante para a comunidade local.

Referências

Barbosa, C. A. S. (2018). *Diversidade produtiva e transição agroecológica: Um estudo de caso da feira popular da agricultura familiar de Alto Paraíso de Goiás* (Monografia de Especialização). Universidade de Brasília, Brasília.

Caldart, R. S. (2021). Educação do campo e agroecologia. In A. P. Dias, A. de B. Stauffer, L. H. G. de Moura, & M. C. Vargas (Orgs.). *Dicionário de agroecologia e educação* (pp. 355–360). São Paulo, SP: Expressão Popular.

Cardoso, S. R. P. (2015). *Juventude rural e perspectivas de novas realidades por meio de ações presentes: Experiências com jovens do Assentamento Silvío Rodrigues* (Dissertação de Mestrado). Universidade de Brasília, Brasília, DF.

Carvalho, J. G. (2015). *Economia agrária* (1a ed.). Rio de Janeiro, RJ: Cecierj.

Costa, A. M., Burle, M. L., Rosa, A. J. M., Soares, Z. A. B., Campos, J. I., Mattos, P. S. R., ... Dias, T. A. B. (2022). *Diagnóstico socioeconômico e produtivo do assentamento Silvío Rodrigues e entorno, zona de amortecimento do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros,*

Alto Paraíso de Goiás, GO. Planaltina, DF: Embrapa Cerrados. Recuperado de <http://www.infoteca.cnptia.embrapa.br/infoteca/handle/doc/1149362>

Gliessman, S. R. (2018). Defining agroecology. *Agroecology and Sustainable Food Systems*, 42(6), 599–600. 10.1080/21683565.2018.1432329

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística [IBGE]. (2023). *Censo Demográfico 2022: Resultados preliminares*. <https://censo2022.ibge.gov.br>

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2019). *Censo agropecuário*. Rio de Janeiro, RJ. Recuperado de <https://mapasinterativos.ibge.gov.br/agrocompara/>

Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. (2009). *Plano de manejo do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros*. Brasília, DF: ICMBio.

Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. (2006). *Plano de desenvolvimento sustentável do Projeto de Assentamento Silvio Rodrigues*. Brasília, DF: INCRA. Recuperado de <https://www.gov.br/incra/pt-br/assuntos/reforma-agraria/assentamentos-relacao-de-projetos>

Oliveira, C. A. K. de. (1998). *Movimento da fraternidade*. Belo Horizonte: [s.n.].

Santos, M. (2006). O dinheiro e o território. In M. Santos & B. Becker (Orgs.). *Território, territórios: Ensaio sobre o ordenamento territorial*. Rio de Janeiro, RJ: DP&A.

Informações do Artigo / Article Information

Recebido em: 12/05/2025
Aprovado em: 09/09/2025
Publicado em: 22/09/2025

Received on May 12th, 2025
Accepted on September 09th, 2025
Published on September, 22th, 2025

Contribuições no Artigo: Os(as) autores(as) foram os(as) responsáveis por todas as etapas e resultados da pesquisa, a saber: elaboração, análise e interpretação dos dados; escrita e revisão do conteúdo do manuscrito e; aprovação da versão final publicada.

Author Contributions: The author were responsible for the designing, delineating, analyzing and interpreting the data, production of the manuscript, critical revision of the content and approval of the final version published.

Conflitos de Interesse: Os(as) autores(as) declararam não haver nenhum conflito de interesse referente a este artigo.

Conflict of Interest: None reported.

Avaliação do artigo

Artigo avaliado por pares.

Article Peer Review

Double review.

Agência de Fomento

Não tem.

Funding

No funding.

Como citar este artigo / How to cite this article

APA

Ferreira, C. O., & Carvalho, J. C. (2025). Agroecologia – ciência, prática e movimento: uma análise a partir da Escola Educandário Humberto de Campos (EHC)/Goiás. *Rev. Bras. Educ. Camp.*, 10, e19850.

ABNT

FERREIRA, C. O.; CARVALHO, J. C. Agroecologia – ciência, prática e movimento: uma análise a partir da Escola Educandário Humberto de Campos (EHC)/Goiás. **Rev. Bras. Educ. Camp.**, Tocantinópolis, v. 10, e19850, 2025.